

BARCARENA LIVRE!

EDIÇÃO Nº 001 ★ ★ AGOSTO/2026

EDIÇÃO ESPECIAL

JUSTIÇA AMBIENTAL



● ANDREIA E JOÃO: ACUÍ QUER SER VISTA. P.10



Comunidades tradicionais de Barcarena esperam regularização, lutam por manter modos de vida e resistem nos territórios.

EDITORIAL

O FUTURO DE BARCARENA ESTÁ EM DISPUTA

Barcarena voltou ao centro das discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia. A possível criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a revisão do Plano Diretor, a expansão portuária, o Arco Norte e a chegada de novos empreendimentos indicam que o município pode viver uma transformação comparável à iniciada na década de 1980, quando o complexo industrial alterou profundamente seu território.

Mas esse debate ocorre hoje sob outra perspectiva. Há uma história que não pode mais ser ignorada. Ela está nos rios contaminados, nas comunidades deslocadas, nos territórios tradicionais pressionados pela expansão industrial. Ela ecoa nas investigações do Ministério Público, nas pesquisas das universidades e na memória de quem convive diariamente com as consequências desse modelo de desenvolvimento.

É dessa história que trata esta edição. As reportagens mostram que a discussão

sobre novos empreendimentos não pode ser separada dos crimes ambientais que marcaram Barcarena, dos conflitos fundiários, da luta pelos territórios tradicionais e do debate sobre a Consulta Prévia, Livre e Informada. Também retomam uma questão que permanece atual. Afinal, quais impactos esse modelo de desenvolvimento produziu sobre a saúde da população e sobre o território?

Este jornal não pretende encerrar esse debate. Seu objetivo é reunir informações, recuperar documentos e ouvir quem vive

em Barcarena, oferecendo um retrato que vai além dos números de exportação, dos indicadores econômicos e dos anúncios de investimentos. Ou seja, o outro lado do propalado desenvolvimento.

Novos projetos devem chegar ao município nos próximos anos. Por isso, revisar sua história recente é indispensável. Planejamento territorial, licenciamento ambiental, fiscalização, regularização fundiária e Consulta Prévia não são obstáculos ao desenvolvimento. Ao contrário, são instrumentos que podem reduzir conflitos, prevenir novos danos e ampliar a participação da sociedade nas decisões sobre o futuro.

As escolhas feitas agora definirão o futuro de Barcarena. Conhecer o passado é condição para que erros ainda presentes na vida de milhares de pessoas não voltem a se repetir e que as comunidades deixem de ser invisibilizadas. É com esse espírito que entregamos este jornal aos leitores. **L!**

JUSTIÇA

CRIMES AMBIENTAIS DA IMERYS SEGUEM SEM RESPONSABILIZAÇÃO DEFINITIVA

● **VAZAMENTOS E CONTAMINAÇÃO** MARCARAM A ATUAÇÃO DA EMPRESA EM BARCARENA; A RESPONSABILIZAÇÃO AINDA NÃO FOI CONCLUÍDA.

Há mais de duas décadas, a atuação da multinacional francesa Imerys em Barcarena é marcada por uma sequência de desastres ambientais, vazamentos de rejeitos, denúncias de contaminação e processos conduzidos por órgãos ambientais e pelo Ministério Público. Atualmente denominada Artemyn, após a mudança de controle e de marca da operação de caulim no município, a empresa continua associada a um dos mais longos históricos de conflitos socioambientais de Barcarena.

Para as comunidades atingidas, o problema não está apenas em episódios isolados, mas na repetição de danos ambientais ao longo dos anos e na demora para que haja responsabilização definitiva pelos impactos acumulados sobre os territórios, os rios e os modos de vida tradicionais.

O episódio mais conhecido ocorreu em fevereiro de 2007, quando o rompimento de uma bacia de rejeitos da então Imerys Rio Capim Caulim lançou cerca de 200 mil metros cúbicos de resíduos de beneficiamento de caulim sobre os igarapés Curupé e Dendê, alcançando áreas próximas ao rio Pará. O despejo de rejeitos afetou comunidades do entorno, comprometeu cursos d'água utilizados pelos moradores e provocou denúncias de impactos sobre a pesca, a agricultura e o acesso à água.

Mas a história dos danos ambientais relacionados à empresa é mais extensa. Levantamento do Grupo de Estudos em Gestão Territorial na Amazônia (Gesterra/UFPA) registra uma sequência de ocorrências envolvendo a atividade da empresa desde 2004. O histórico inclui seis vazamentos de rejeitos de caulim em estruturas de contenção da Imerys, registrados em 2004, 2007, 2008, 2014, 2016 e 2019.

O levantamento aponta ainda cinco rompimentos de dutos e tubulações, ocorridos em 2011, 2012, 2013, 2018 e 2019, além do tombamento de um caminhão que transportava caulim em 2018. Também foram registrados episódios de lançamento de fuligem em 2006 e 2010, problemas relacionados à contaminação de lençóis freáticos e poços artesianos em 2006 e 2016 e, em 2021, uma explosão envolvendo substâncias químicas armazenadas na unidade industrial.

A sequência de ocorrências reforça, segundo pesquisadores e organizações sociais, que os impactos provocados pela atividade industrial em Barcarena não



Em Barcarena, o sistema de barragens de rejeitos das empresas é bomba-relógio ameaçando a população.

podem ser analisados como fatos isolados, mas como parte de um processo contínuo de pressão sobre um território onde comunidades tradicionais convivem com grandes empreendimentos.

Os episódios envolvendo a empresa resultaram em fiscalizações, autos de infração e ações de órgãos públicos. Em diferentes momentos, o Ministério Público do Estado do Pará cobrou medidas de controle ambiental e adequações no funcionamento da empresa, enquanto organizações sociais denunciaram a insuficiência das respostas diante da dimensão dos danos relatados pelas comunidades.

Em 2021, após a explosão envolvendo substâncias químicas na unidade industrial, órgãos ambientais registraram irregularidades relacionadas à operação e à comunicação do evento. O episódio voltou a colocar em debate os riscos associados ao funcionamento de grandes estru-

turas industriais próximas a comunidades tradicionais.

A Assembleia Legislativa do Pará, por meio de comissão que investigou problemas socioambientais em Barcarena, classificou o município como vivendo um "estado de exceção ambiental" e recomendou maior rigor na fiscalização do polo industrial.

Para pesquisadores e organizações sociais, um dos principais problemas está no caminho percorrido pelos processos depois dos danos ambientais. Muitos casos acabam encaminhados por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), instrumentos que permitem estabelecer medidas de adequação e reparação, mas que, segundo representantes das comunidades, nem sempre resultam em responsabilização proporcional à dimensão dos impactos.

Enquanto processos administrativos e

judiciais seguem em tramitação, moradores continuam relatando dificuldades relacionadas à qualidade da água, redução da atividade pesqueira e insegurança sobre os efeitos da exposição a contaminantes na saúde.

Para as comunidades atingidas, a demora nas respostas institucionais amplia a sensação de impunidade. O sentimento é de que os danos ambientais se repetem em um ritmo mais rápido do que a capacidade do Estado de investigar, reparar e responsabilizar os responsáveis.

A mudança de nome de Imerys para Artemyn não encerra esse histórico. Para os moradores de Barcarena, a questão central permanece sempre a mesma sobre quem responderá pelos impactos acumulados ao longo de mais de vinte anos de atividade industrial e quando as comunidades afetadas terão respostas definitivas sobre os danos que denunciam. **LI**

RESISTÊNCIA

TAUÁ VOLTOU QUANDO BARCARENA JÁ ERA OUTRO MUNDO

● **EXPULSA DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL, A COMUNIDADE DO TAUÁ RETOMOU PARTE DE SEU TERRITÓRIO E SEGUE RESISTINDO NA JUSTIÇA.**

Quando a família de Carlos Espíndola foi obrigada a sair do Tauá, Barcarena ainda estava começando a virar a cidade industrial que existe hoje. A Albras havia iniciado suas operações em 1985, a Alunorte entraria em funcionamento alguns anos depois, e o distrito industrial ainda avançava sobre áreas que, até então, eram ocupadas por comunidades rurais espalhadas entre igarapés, campos e trechos de floresta. Carlos lembra das máquinas destruindo as roças. Lembra da tia saindo com dois filhos doentes de sarampo. Cerca de duzentas famílias foram para o CDI-Laranjal. “Todo mundo saiu”, resume.

Durante 38 anos, a comunidade do Tauá ficou fora do território. Nesse período, Barcarena se tornou um dos principais corredores de exportação mineral da Amazônia. A volta ao território começou em uma reunião em uma comunidade vizinha, a de Burajuba. Ali os antigos moradores decidiram reagir e resistir. A área original já estava ocupada por empreendimentos industriais, então os moradores escolheram outro ponto próximo dali. Trezentas e vinte famílias participaram da retomada; hoje permanecem aproximadamente 232 famílias.

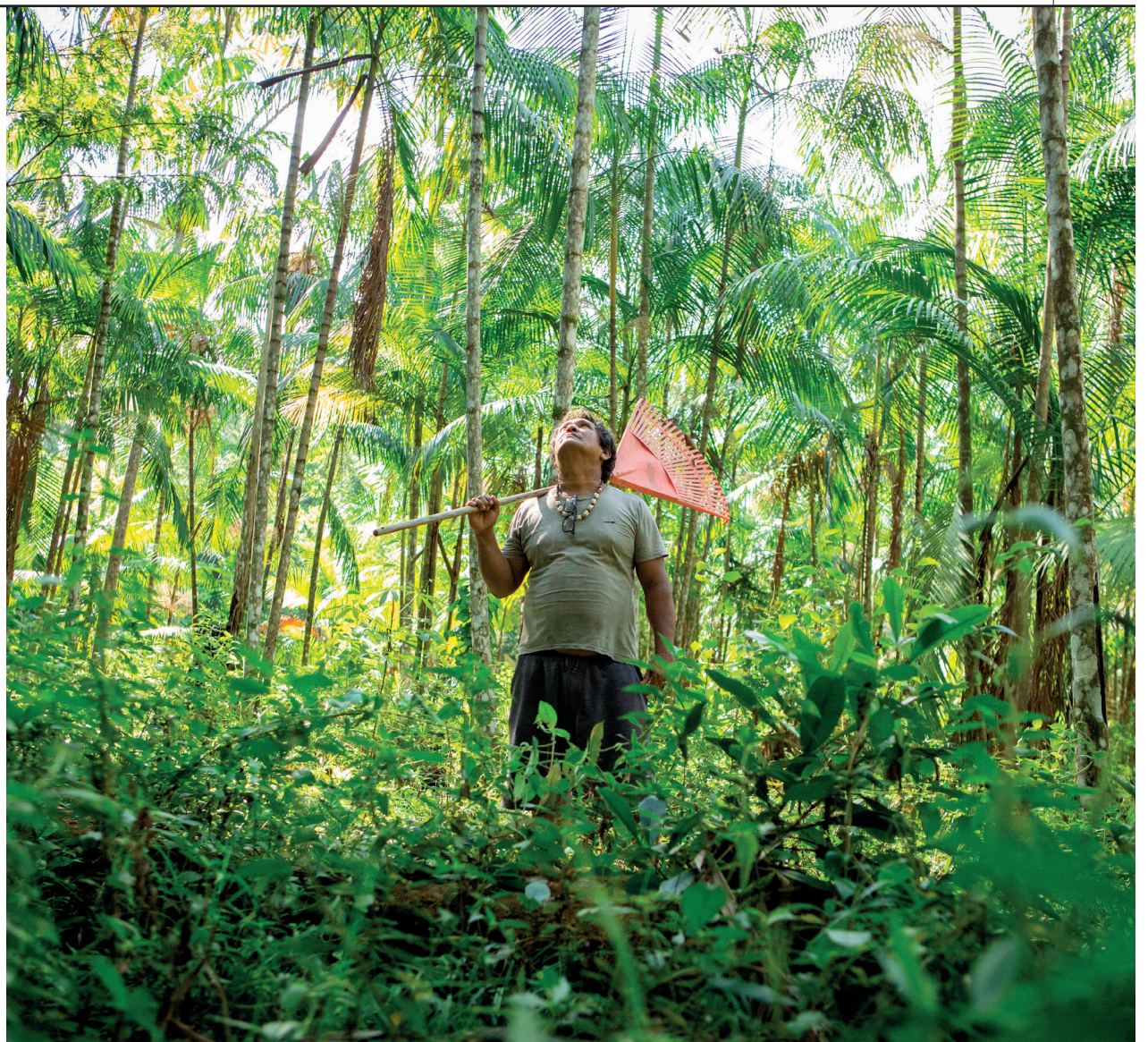
Hoje o Tauá funciona em uma espécie de suspensão jurídica. O processo coletivo segue sem desfecho definitivo, e a comunidade permanece no território. Nesse intervalo, os moradores passaram a reorganizar a própria documentação. Carlos conta que, durante muito tempo, os registros da comunidade estavam con-

centrados na Prelazia. “A gente não tinha por nós mesmos, porque pouca gente dos nossos antepassados era letrada.”

A mudança começou quando os moradores passaram a reunir mapas antigos, certidões, registros de famílias e documentos de políticas públicas. O acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) permitiu obter financiamento rural, e a comunidade passou a sustentar sua permanência também com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, argumentando que o território abriga famílias quilombolas, extrativistas e indígenas.

Carlos menciona ainda uma cartografia produzida por um padre jesuíta em 1709, na qual o Tauá já apareceria identificado. A referência não resolve o processo judicial, mas desloca a cronologia do conflito. Em vez de uma ocupação surgida há poucos anos, a comunidade procura demonstrar uma presença anterior à própria formação do município moderno. Nos últimos anos, a comunidade precisou reaprender o território que havia deixado para trás. Quase quarenta anos depois da expulsão, a disputa continua aberta.

Desde então, as mais de 200 famílias reconstruíram a comunidade e transformaram a área em um espaço de produção



Carlos Espíndola fez de sua casa e da mata preservada um local de proteção

e organização coletiva. Cultivam milho, arroz, mandioca, frutas e hortaliças, criam pequenos animais e produzem ovos para o consumo das famílias e também para abastecer parte da cidade. A comunidade mantém protegidas as nascentes dos igarapés, preserva extensas áreas de floresta, organiza brigadas para combater incêndios durante o período de estiagem e atua

na defesa do território contra a exploração ilegal de madeira. Conta ainda com centro comunitário, escola e uma intensa vida coletiva. Os moradores que pisam aquele chão sabem na pele que sua história atravessa um projeto de desenvolvimento que, desde o início, imaginou aquele lugar sem as pessoas que vivem nele. Mas elas existem e resistem. **L!**

EXPEDIENTE

BARCARENA LIVRE!

O JORNAL BARCARENA LIVRE É UMA PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE AMAZÔNIA E DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOCIEDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIAS NA AMAZÔNIA - GESTERRA-UFPA, COM O APOIO DAS ORGANIZAÇÕES AÇÃO PELA SOLIDARIEDADE MUNDIAL (ASW) E COMITÊ CATÓLICO CONTRA A FOME E PELO DESENVOLVIMENTO (CCFD).

JORNALISTA RESPONSÁVEL
TEXTO E EDIÇÃO: ISMAEL MACHADO

FOTOGRAFIAS: NAILANA THIELY
DIAGRAMAÇÃO E DESIGN: MÁRCIO ALVARENGA
COORDENAÇÃO: JOÃO GOMES (FASE)
MARCEL HAZEU (GESTERRA/UFPA)



FASE: RUA BERNAL DO COUTO,
1329 - UMARIZAL - BELÉM (PA)
CEP: 66.055-080
WWW.FASE.ORG.BR

REALIZAÇÃO:



APOIO:



NOTA: OS CONTEÚDOS AQUI TRATADOS NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DOS APOIADORES.



DIREITO QUILOMBOLA

Sandra Amorim exhibe documentos que comprovam a posse da terra.

A TERRA DA MEMÓRIA

● **QUASE QUARENTA ANOS APÓS A CONSTITUIÇÃO** RECONHECER O DIREITO DOS QUILOMBOLAS À PROPRIEDADE DE SEUS TERRITÓRIOS, COMUNIDADES DE BARCARENA AINDA AGUARDAM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ENQUANTO CONVIVEM COM A EXPANSÃO INDUSTRIAL E CONFLITOS PELA TERRA.

Em Barcarena, território é onde se guarda a memória dos antepassados, os lugares de pesca, os roçados, os quintais, os cemitérios, as festas religiosas e uma forma de viver construída ao longo de gerações. É nas comunidades tradicionais que se preservam práticas culturais, relações comuni-

tárias e conhecimentos transmitidos entre famílias que ocupam a região muito antes da chegada dos grandes empreendimentos industriais. Ainda assim, boa parte desses territórios continua sem a titulação definitiva prevista desde 1988 pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Enquanto esse processo avança lentamente, Barcarena consolidou-se como um dos principais polos industriais e portuários da Amazônia. A valorização das terras e a expansão de empreendimentos aumentaram a pressão sobre áreas tradicionalmente ocupadas por quilombolas, ribeirinhos e agricultores.

A titulação de um território passa por di-

versas etapas conduzidas pelo Incra e pode levar anos. Nesse intervalo, comunidades enfrentam insegurança jurídica, dificuldades para acessar políticas públicas e conflitos pela permanência em seus territórios. Nos últimos anos, muitas também elaboraram Protocolos Autônomos de Consulta Prévia, baseados na Convenção 169 da OIT.

A longa caminhada do Sítio São João

Às margens do rio Murucupi, o Território Quilombola Sítio São João resiste cercado por áreas industriais, portos e infraestrutura urbana. Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Incra, a área ainda preserva fragmentos de floresta e espaços tradicionalmente utilizados pelas famílias para agricultura e convivência comunitária.

Para Sandra Amorim, liderança da comunidade, a luta pela terra atravessa gerações. Seu avô Alberto Amorim recebeu um título de posse em 1969 para uma área de cerca de 72 hectares. Hoje restam aproximadamente 32. A ruptura começou em 1977, com a chegada das empresas que antecederam a implantação do complexo industrial de Vila do Conde. Sandra lembra que as indenizações foram insuficientes e que sua mãe, obriga-

da a deixar a terra onde vivia com os filhos, sofreu uma profunda depressão. Cumpria-se uma espécie de profecia do avô de Sandra. Alberto Amorim costumava repetir que, um dia, aquelas terras seriam ocupadas por casas e grandes empresas. Morreu em 1977. No mesmo ano em que sua voz se calou, começaram a chegar os primeiros representantes das empresas interessadas na região.

Décadas depois, as famílias localizaram antigos documentos de posse na Superintendência do Patrimônio da União (SPU), fortalecendo a reivindicação territorial. O processo de reocupação começou em 2007, com apoio do Ministério Público Federal. Em 2026, o Incra concluiu o RTID, etapa decisiva para a titulação, embora o processo ainda enfrente contestações.

Sandra Amorim afirma que sua

família descende do povo indígena Aruã. A memória transmitida entre as gerações preserva essa ancestralidade indígena, embora a historiografia local identifique os Aruã como um povo originário da região da foz do Amazonas, especialmente da Ilha Caviana e do arquipélago do Marajó, que sofreu sucessivos deslocamentos durante o período colonial. Em Barcarena, essas famílias abriram roçados e construíram um modo de vida profundamente ligado ao território às margens dos rios.

Desde 2018, Sandra integra o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos após sofrer ameaças de morte relacionadas à defesa do território. Para ela, a titulação representa uma reparação histórica e a garantia de direitos para as próximas gerações.

Uma dívida ainda aberta

Os territórios quilombolas Sítio São João e Sítio Conceição avançaram nos processos de regularização, mas ainda dependem das etapas finais para a titulação definitiva. Outras comunidades, como Burajuba, Gibrié de São Lourenço e Cupuaçu, também aguardam a conclusão de seus processos junto ao Incra.

Em Barcarena, a regularização fundiária continua sendo uma disputa entre direitos históricos, interesses econômicos e a expansão industrial. Para as comunidades, titular o território é garantir a permanência de um modo de vida construído ao longo de gerações. **L!**

Um quilombo cercado pela cidade

No Território Quilombola Sítio Conceição, José Roberto, o Chip, afirma que praticamente todos os quilombos de Barcarena sentiram os efeitos da industrialização.

“O que antes era predominantemente rural tornou-se urbano. As áreas verdes ficaram restritas às comunidades tradicionais.”

Segundo ele, o Plano Diretor de

2016 classificou áreas quilombolas como zonas de expansão urbana e industrial, ampliando os conflitos fundiários. Mesmo existindo antigos títulos emitidos pelo Iterpa, as comunidades afirmam que esses documentos foram desconsiderados.

O processo de regularização conduzido pelo Incra teve início em 2019. Em 2025 foi publicada a portaria delimi-

tando cerca de 40 hectares do território reivindicado. Agora, os moradores aguardam as etapas finais da titulação.

Assim como Sandra, Chip também passou a integrar um programa de proteção após sofrer ameaças por sua atuação. Para ele, garantir o território significa preservar a autonomia das comunidades diante da expansão urbana e industrial.

O QUE ANTES ERA
PREDOMINANTEMENTE
RURAL TORNOU-SE URBANO.
AS ÁREAS VERDES FICARAM
RESTRITAS ÀS COMUNIDADES
TRADICIONAIS.”

JOSÉ ROBERTO (CHIP)
LIDERANÇA QUILOMBOLA



José Roberto exibe um entre dezenas de banners que clamam por direitos.



IMPACTO

QUANDO A HISTÓRIA SE REPETE

● **A CRIAÇÃO DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO** INAUGURA NOVA ETAPA DA EXPANSÃO INDUSTRIAL EM BARCARENA. PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS, AS PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO LEMBRAM UM MODELO QUE DEIXOU CONFLITOS, CONTAMINAÇÃO E TERRITÓRIOS SOB PRESSÃO.

A criação da Zona de Processamento de Exportação inaugura uma nova etapa da expansão industrial em Barcarena. Para comunidades tradicionais, as promessas de desenvolvimento lembram um modelo que deixou contaminação, conflitos e territórios sob pressão.

Quase cinquenta anos depois da implantação do complexo industrial do alumínio, Barcarena volta ao centro da política de desenvolvimento para a Amazônia. A criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) reforça o papel do município como um dos principais corredores logísticos do país, mas também reacende preocupações em comunidades que convivem há décadas com os impactos da industrialização.

A ZPE é uma área destinada à instalação de empresas voltadas principalmente à exportação, com incentivos fiscais e administrativos. Em Barcarena, ela foi apro-

vada em 2025 e oficializada por decreto presidencial em 2026. A área, com cerca de 200 hectares, ficará integrada ao complexo portuário de Vila do Conde.

Nesse processo, Barcarena tornou-se uma das principais engrenagens desse sistema. O município concentra um complexo portuário estratégico por onde passam milhões de toneladas de soja, milho, bauxita, alumina, caulim e outras commodities, transportadas por rodovias, ferrovias e rios antes de seguirem para o mercado externo. Sua localização, próxima à foz do rio Amazonas, fez da cidade um dos principais corredores de exportação do país e um destino permanente de novos investimentos em infraestrutura logística.

A primeira empresa autorizada a se instalar é a canadense Bravo Mining, que pretende processar em Barcarena minerais extraídos em Carajás antes da exportação. Mas o objetivo da ZPE é atrair novos empreendimentos industriais e logísticos.

Para o governo, a iniciativa fortalece a industrialização e amplia a competitividade das exportações. Já para comunidades tradicionais, a experiência recente do município recomenda cautela.

Quando Albras e Alunorte chegaram, no fim dos anos 1970, o discurso também era de desenvolvimento e geração de empregos. Nas décadas seguintes, comunidades inteiras foram deslocadas para dar lugar a áreas industriais e portuárias. Famílias perderam áreas de cultivo, locais de pesca e espaços tradicionalmente ocupados por gerações. Quilombolas continuam aguardando a conclusão dos processos de titulação de seus territórios. Ribeirinhos denunciam dificuldades de acesso aos rios. Agricultores convivem com a valorização das terras e com a redução dos espaços disponíveis para produção.

É justamente esse histórico que preocupa a ativista de causas ambientais Sebastiana Ferreira, moradora do Arienga Rio, localizada próxima à área da futura ZPE.

“Nós não fomos consultados em nenhum momento. Não houve convite para diálogo, consulta prévia ou qualquer processo de informação sobre o licenciamento e sobre os impactos desse projeto”, afirma. “Aqui vivem pessoas centenárias. Nossa comunidade existe muito antes da chegada desses grandes empreendimentos. Mesmo assim, nunca somos colocados no centro das decisões. Não existe consulta prévia. As pessoas acabam invisibilizadas porque o interesse maior é o lucro. O objetivo é fortalecer o polo industrial, mas às custas de quem vive aqui há décadas preservando esse território.”

Segundo ela, o sentimento predominante é de repetição da história. “Falando com toda sinceridade, essa Zona de Processamento de Exportação vai beneficiar principalmente quem já está no topo da cadeia econômica. Para os moradores das comunidades ficam as consequências. É o que sempre acontece. Grandes projetos chegam, mas quase nunca realizam levantamentos adequados nas comunidades. Quando fazem, acontecem com muitos atropelos, sem considerar de forma séria as questões ambientais, sociais e econômicas.”

Um território sob pressão

Pesquisadores alertam que Barcarena já concentra refinarias, minerodutos, terminais portuários, bases de combustíveis e intenso fluxo de cargas. A chegada de novos empreendimentos amplia a pressão sobre um território que já sofre com impactos acumulados da atividade industrial.

Para Sebastiana, os efeitos começam antes mesmo da instalação das fábricas. “Não vejo esse projeto como diferente dos anteriores. Para nós, ele representa mais um empreendimento que concentra benefícios nas empresas e deixa para as comunidades os impactos negativos. Nossa saúde é precária, a infraestrutura é precária e não existe planejamento para absorver esse crescimento.”

Outra preocupação é a falta de informações sobre os riscos da nova expansão. “Na minha família, por exemplo, mantemos uma área de floresta que nunca foi explorada. Hoje praticamente todo o entorno já foi desmatado. A natureza desapareceu ao

nosso redor, mas conseguimos preservar esse pedaço de mata. Agora, com a instalação de um condomínio industrial, surgem inúmeras preocupações. Que tipo de poluição essas empresas vão produzir? Que produtos serão manipulados? Quais substâncias serão armazenadas? O que acontece se houver um vazamento?”

Ela afirma que essas perguntas permanecem sem resposta. “Ninguém explicou isso para os moradores. Não fomos informados sobre quais riscos corremos caso ocorra um acidente, quais impactos podem atingir os braços de rio que cortam nossa região e deságuam no rio Arienga, nem quais metais ou produtos químicos poderão contaminar essas águas. Não existe transparência. O governo simplesmente concede as autorizações e as comunidades ficam à mercê do grande capital.”

As dúvidas também envolvem os efeitos indiretos da expansão. “Qual é o plano específico para as comunidades

tradicionais? Quais estudos de impacto ambiental foram realizados? Quais medidas existem caso aconteça um acidente? Como será enfrentado o aumento da população que certamente virá com novos empreendimentos? Existe planejamento para saúde, educação, saneamento, segurança e infraestrutura?”

As respostas que Sebastiana espera dependerão da capacidade do Estado de garantir proteção aos territórios tradicionais, assegurar o direito à consulta prévia, fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental e criar mecanismos para que os benefícios da industrialização sejam compartilhados com quem vive no município. Para Sebastiana, a experiência acumulada ao longo dos anos recomenda cautela. “Não consigo enxergar essa nova etapa de expansão industrial com bons olhos. Até hoje, as comunidades receberam muito mais prejuízos do que benefícios, e nada indica que dessa vez será diferente.” **L!**

“

NÓS NÃO FOMOS CONSULTADOS EM NENHUM MOMENTO. NÃO HOVE CONVITE PARA DIÁLOGO, CONSULTA PRÉVIA OU QUALQUER PROCESSO DE INFORMAÇÃO SOBRE O LICENCIAMENTO E SOBRE OS IMPACTOS DESSES PROJETOS.”

SEBASTIANA FERREIRA
ATIVISTA



Em Barcarena, o ritmo industrial é sempre acelerado e a paisagem natural se torna coberta por navios.



Mário Santos teme que a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) transforme o território em área de expansão urbana.

PLANO DIRETOR

SEM CONSULTA PRÉVIA COMUNIDADES QUESTIONAM REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BARCARENA

• **QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E RIBEIRINHOS** AFIRMAM QUE PREFEITURA IGNORA DIREITO GARANTIDO PELA CONVENÇÃO 169 DA OIT E PEDEM INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO; TERRITÓRIO DE GIBRIÉ DO SÃO LOURENÇO PRESERVA FLORESTA E IGARAPÉS AINDA NÃO CONTAMINADOS PELA EXPANSÃO INDUSTRIAL

Quando fala sobre o futuro de Barcarena, Mário Santos não começa pela lei. Começa pela história e ela passa pela água. Morador da comunidade quilombola Gibrié do São Lourenço, ele aponta para o igarapé que corta o território e diz que ali está uma das razões da resistência de sua família há pelo menos cinco gerações.

“Enquanto muitos igarapés e rios de Barcarena sofreram com a poluição e a pressão industrial, aqui ainda existe água relativamente limpa, floresta e gente vivendo em harmonia com a natureza. Se transformarem isso em bairro urbano, não perde só a comunidade. Perde Barcarena”, afirma o líder comunitário, de 51 anos.

A comunidade ocupa uma área de cerca de 513 hectares, onde vivem aproximadamente 400 famílias. Em meio à expansão de portos, mineradoras e grandes empreendimentos industriais, o território ainda conserva áreas de floresta nativa, nascentes, igarapés e espaços de produção familiar.

Para Mário Santos, a principal ameaça é que a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) transforme o território em área de expansão urbana. “O prefeito olha para cá e vê um bairro. Nós olhamos e vemos nossa história, nossa floresta e nossos igarapés. Se isso virar expansão urbana perdemos nossa forma de viver”, diz.

Em um município profundamente marcado pela expansão mineral, portuária e industrial, o Plano Diretor define o futuro do uso e ocupação do território. É uma lei que estabelece onde poderão ser instalados novos empreendimentos, quais áreas terão proteção ambiental, quais zonas poderão receber atividades industriais e quais territórios deverão ser destinados à moradia, à agricultura familiar e às comunidades tradicionais. Em outras palavras, trata-se da principal lei de ordenamento territorial do município, revisada a cada dez anos. A última ocorreu em 2016.

Para quem vive na e da terra, faz muita diferença se uma área é destinada a novas bacias de rejeitos de indústrias e portos para exportação de minério e soja ou se ela é destinada para a produção de alimentos, por intermédio de práticas agroflorestais e pesca artesanal. A própria comunidade de Gibrié dá o exemplo. Atualmente, entre outras atividades, os moradores desenvolvem projetos da bioeconomia, como o “Abelhas e Flores” com produção de mel a partir de abelhas sem ferrão.



**QUEREMOS QUE
RESPEITEM QUEM
SEMPRE VIVEU
AQUI. NÃO ACEITA-
MOS QUE DECIDAM
SOBRE NOSSAS
VIDAS SEM ANTES
NOS OUVIR.”**

MÁRIO SANTOS
LIDERANÇA QUILOMBOLA

Comunidades recorreram ao Ministério Público

A preocupação levou representantes de quase 30 comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhos de todo o território de Barcarena a protocolarem, em 8 de junho de 2026, o Ofício nº 01/2026 no Ministério Público do Estado do Pará. No documento, as comunidades afirmam que solicitaram formalmente à Prefeitura a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas receberam resposta negativa. Por isso, querem que o Ministério Público acompanhe a revisão do Plano Diretor, tenha acesso aos documentos do processo e suspenda sua tramitação até que a consulta seja realizada. “Quando o Plano Diretor nos invisibiliza, muda também o destino da nossa terra. Por isso queremos participar antes das decisões serem tomadas, e não apenas depois”, afirma Mário Santos.

Para o líder comunitário, o conflito atual é parte de uma história mais antiga das comunidades tradicionais em Barcarena. “Essa luta específica tem 47 anos. Veio da minha avó, passou pelos meus pais e outros parentes e continua conosco. Nós permanecemos aqui porque resistimos. Somos os que não saíram da terra”, diz.

Segundo ele, a comunidade possui documentos que comprovam a ocupação do território desde o século XIX, incluindo um recibo datado de 1838 e um título de 1868. Apesar disso, afirma que a falta de regularização fundiária continua dificultando o acesso a políticas públicas e o reconhecimento pleno dos direitos territoriais. “Enquanto não existe o título reconhecido pelo Estado, continuam dizendo que nós não existimos”, afirma.

A RESPOSTA DA PREFEITURA

A posição do município aparece no Ofício nº 126/2026, enviado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Articulação Institucional (SEMPILA) à Associação da Comunidade Quilombola e Indígena Gibrié do São Lourenço.

No documento, a Prefeitura afirma que a revisão do Plano Diretor está sendo conduzida de forma democrática, com audiências públicas, reuniões comunitárias e canais digitais de participação, e informa que representantes da própria comunidade participaram de uma das etapas do processo. A administração municipal sustenta, entretanto, que a Consulta Prévia prevista na Convenção 169 da OIT não seria obrigatória neste momento, porque o Plano

Diretor estabelece diretrizes gerais para todo o município e ainda não trata de impactos específicos sobre territórios determinados.

Outro argumento apresentado pela SEMPLA é que o reconhecimento oficial de territórios quilombolas e indígenas depende de órgãos federais, como o Incra, razão pela qual, segundo o município, ainda não haveria individualização territorial suficiente para exigir a aplicação da Convenção.

As comunidades discordam dessa interpretação. Para as lideranças tradicionais, audiências públicas abertas à população não substituem a Consulta Prévia, Livre e Informada, que possui regras próprias definidas pela Convenção 169 da OIT e deve ocorrer antes da adoção de medidas administrativas ou legislativas capazes de afetar diretamente povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em novembro de 2024, quatro territórios tradicionais do município, o Território Quilombola Gibrié de São Lourenço, a comunidade indígena-quilombola-extrativista Rio Tauá, o quilombo Sítio São João e a comunidade tradicional de Acuí lançaram oficialmente seus Protocolos de Consulta, reforçando o direito à autodeterminação.

Os documentos traduzem, para a realidade local, princípios da Convenção 169 da OIT, que determina que a consulta seja prévia, livre, informada e realizada por meio das instituições representativas de cada povo. O Ministério Público Federal tem reiterado que tanto a Convenção quanto os Protocolos de Consulta devem ser respeitados em intervenções que possam impactar territórios tradicionais de Barcarena.

Para os moradores de Gibrié do São Lourenço, a disputa vai além da interpretação de um tratado internacional. Ela envolve a preservação de um dos poucos territórios de Barcarena onde a floresta ainda resiste. A revisão do Plano Diretor poderá definir se essa área continuará protegida ou se passará a ser tratada como parte da expansão urbana do município.

Em Barcarena, esse debate ganha contornos ainda mais relevantes diante do histórico de conflitos territoriais e da concentração de grandes empreendimentos industriais. Nesse contexto, qualquer alteração no Plano Diretor pode ampliar ou restringir direitos territoriais dessas populações. “Queremos que respeitem quem sempre viveu aqui. Não aceitamos que decidam sobre nossas vidas sem antes nos ouvir”, conclui Mário Santos. **L!**

TERRITÓRIO EM DISPUTA

ENXERGARAM UM MOSQUITO, MAS NÃO NOS VIRAM

● **DECISÃO DA JUSTIÇA FEDERAL IMPEDE O AVANÇO DO LICENCIAMENTO DO TERMINAL DE GNL DA TERMOGÁS ATÉ QUE SEJAM CUMPRIDAS GARANTIAS PREVISTAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS. NO ACUÍ, FAMÍLIAS AFIRMAM ENFRENTAR DÉCADAS DE PERDA GRADUAL DO TERRITÓRIO.**

Quando os técnicos contratados pela Termogás passaram mais de um mês no território Acuí realizando levantamentos iniciais para o licenciamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL), os moradores imaginaram que finalmente seriam ouvidos. Semanas depois, durante uma audiência pública, informaram a existência de um tipo de raro de mosquito na área. A comunidade, porém, não aparecia. “Nós perguntamos: vocês encontraram um mosquito, mas não enxergaram a gente?”, lembra o morador João Dias dos Santos, de 46 anos, uma das lideranças da comunidade.

O relato de João Dias é particular, mas não é único. Várias comunidades tradicionais no Distrito Industrial tem sido invisibilizadas em todos os momentos que o Estado quer trazer novas empresas. Marica, Canaã, Ilha São João, Curuperé, Acuí, Pramajó, Torre, Arienga Rio, Bairro Industrial, São Joaquim, São Sebastião, Dom Manoel, Tauá e até a Vila do Conde parecem não existir, como se fossem incômodas ao progresso ou desenvolvimento industrial.

A pergunta atravessou todo o processo de tentativa de licenciamento do empreendimento. Agora, também aparece, ainda que por outros termos, na decisão da 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Justiça Federal, que suspendeu o avanço do licenciamento da Termogás até que sejam cumpridas exigências relacionadas aos direitos das comunidades tradicionais potencialmente atingidas.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal, que apontou falhas nos estudos ambientais apresentados pela empresa. Entre elas, a identificação insuficiente das comunidades localizadas na área de influência do projeto, a ausência de avaliação adequada dos impactos sobre atividades como pesca artesanal, agricultura familiar e extrativismo e a não realização da Consulta Prévia, Livre e Informada prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na decisão, a Justiça afirma que um projeto desse porte não pode avançar enquanto persistirem dúvidas sobre a regularidade do licenciamento e sobre o respeito aos direitos das populações que vivem no território. O terminal de GNL está previsto para uma região que há décadas convive com a instalação sucessiva de grandes projetos industriais e portuários. Esse histórico exige que novos empreendimentos sejam avaliados considerando os impactos acumulados sobre comunidades que já perderam parte de seus territórios ao longo do processo de industrialização de Barcarena.

No Acuí, essa história começou muito antes da Termogás. “Essa luta existe desde quando me entendo por gente”, diz João Dias. Ele conta que a comunidade ocupava uma área muito maior, entre os rios Arienga e Acuí. Aos poucos, as terras foram sendo cercadas por empreendimentos industriais. “Fomos perdendo terreno, perdendo área, perdendo roça. Hoje ninguém tem mais uma área grande. A gente foi ficando encolhido pela cerca das empresas. Vai chegando uma, depois chega outra.” Atualmente vivem cerca de 64 famílias no território. Os conflitos cotidianos, porém, nem sempre aparecem nos estudos ambientais.

Desde 2018, os moradores tentam conseguir a recuperação da estrada de acesso à comunidade. Segundo João, prefeitura e empresas transferem a responsabilidade de uma para a outra, enquanto a situação permanece sem solução. Durante a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), a comunidade levou no-

vamente suas reivindicações.

“Fomos para deixar de ser invisíveis, mas não adiantou”, diz Maria Andreia dos Santos, outra liderança comunitária. Ela participou das discussões e apresentou as demandas do Acuí. Entre elas, a retomada do transporte escolar. Há sete anos o ônibus deixou de atender a comunidade. Trinta e seis crianças do Acuí são afetadas diretamente, mas considerando comunidades vizinhas, esse número chega a 60 estudantes. “Fui a uma reunião na Vila dos Cabanos e foi como se a gente não existisse”, lembra Maria Andreia.

Ao Ministério Público, João Dias afirmou que os moradores se sentem acuados. Também disse ter ouvido de representantes da prefeitura que novas obras públicas não seriam realizadas porque empresas demonstravam interesse na área e os moradores poderiam ser ‘bem’ indenizados futuramente.

Foi nesse contexto que a comunidade elaborou seu Protocolo de Consulta, docu-

mento que estabelece como deve ocorrer a Consulta Prévia prevista na Convenção 169 da OIT. A existência desse protocolo passou a integrar a estratégia de defesa do território e reforçou os questionamentos ao licenciamento da Termogás. “Houve muita pressão, mas conseguimos frear a liberação”, diz João.

A decisão da Justiça Federal em relação à Termogás determina que o Estado do Pará não emita qualquer licença relacionada ao terminal até nova deliberação judicial e impede a empresa de iniciar obras ou intervenções no local. Para João, a suspensão representa apenas uma etapa. “O porto fica a cerca de um quilômetro da comunidade. Nossa luta é pela permanência nas nossas terras”.

Sentada na imensa mesa da cozinha de casa, Maria dos Santos, de 101 anos, mede essa transformação por outra escala de tempo. “Dentro dos igarapés tinha peixe que não acabava mais. Agora é pouquinho. Muitos sumiram, não tem mais”. **LI**



Três gerações em luta: a centenária Maria dos Santos, João Dias e Maria Andreia dos Santos.



Joel Jorge:
a vida mudou
depois do crime
ambiental
em 2007.

VITÓRIA COMUNITÁRIA

CURUPERÉ: A COMUNIDADE QUE DECIDIU PERMANECER

● **ENTRE BARRAGENS DE REJEITOS, RIOS CONTAMINADOS E DISPUTAS FUNDIÁRIAS, A COMUNIDADE DE CURUPERÉ TRANSFORMOU A ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA.**

Morar perto do Polo não trouxe desenvolvimento. Trouxe crimes ambientais”. É assim, de forma direta, que Silmara Oliveira resume a relação da comunidade Curuperé com os empreendimentos industriais de Barcarena. “Nosso solo ficou infértil. Nossa agricultura e nossa pesca acabaram. A atividade principal da nossa família foi tirada. A empresa garantiu o capital e o lucro dela. E levou o que era nosso. Era pouco, mas a gente era feliz”, complementa, dimensionando a desigualdade entre o lucro do grande capital e a qualidade de vida de quem não entra no banquete.

O Curuperé aparece nos mapas de Barcarena como uma pequena comunidade tradicional vizinha ao Distrito Industrial. Na prática, porém, seus moradores convivem há décadas com uma realidade bem diferente daquela sugerida pela paisagem. O território está cercado por empreendimentos industriais, próximo a barragens de rejeitos e tem a nascente do rio que lhe dá nome localizada dentro da área controlada por uma empresa. Entre disputas fundiárias, acidentes ambientais e denúncias de contaminação, a comunidade transformou a organização coletiva

em uma estratégia permanente de permanência no território.

Joel Jorge dos Santos acompanha essa história desde o início. Aos 62 anos, ele preside a Associação de Trabalhadores Rurais de Curuperé e situa com precisão o momento em que a comunidade percebeu que precisaria organizar sua própria defesa. Foi em 2007, após o rompimento da bacia de rejeitos da Imerys Rio Capim Caulim. “Antes os rios eram poluídos, mas em pequenas proporções. Daquela vez foi grande. E a gente não tinha resposta de nada”, lembra.

Em junho daquele ano, a barragem da empresa rompeu, lançando entre 200 mil e 300 mil metros cúbicos de água e rejeitos de caulim sobre os igarapés Curuperé e Dendê. A lama alcançou o rio Pará e praias como Caripi e Vila do Conde. Investigações realizadas pelos órgãos ambientais constataram alterações nas características físico-químicas da água e a presença de metais como cádmio e zinco, tornando parte dos cursos d’água imprópria para consumo e banho. Posteriormente, a empresa assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), comprometendo-se a reparar os danos ambientais e adotar medidas preventivas.

Para os moradores, entretanto, o incidente marcou apenas o início de um conflito que se prolongaria por muitos anos. Sem respostas consideradas satisfatórias, a comunidade fundou a Associação dos Trabalhadores Rurais do Curuperé em 4 de março de 2007. A entidade passou a concentrar denúncias, acompanhar processos judiciais e dialogar com órgãos públicos.

Os conflitos não ficaram restritos às denúncias ambientais. Em determinado momento, a comunidade passou a responder a uma ação de reintegração de posse proposta pela empresa, que sustentava tratar-se de uma ocupação irregular. Uma invasão, em termos mais diretos. Joel lembra de uma audiência que considera decisiva para fortalecer os moradores. Foi logo depois de terem buscado apoio junto à então governadora Ana Júlia Carepa. Um juiz foi enviado ao território. Era uma situação muito indicadora da desigualdade de poderes. Os moradores de Curuperé tinham um defensor público como advogado. A empresa enviou 13 advogados.

O juiz se dirigiu aos advogados da empresa. Bateu com o pé no chão: “você são os proprietários dessa terra?”. Os advo-

gados se entreolharam sem saber bem o que responder. Diante da resposta inconclusiva, voltou-se aos moradores, novamente batendo o pé no chão. “Essa terra é de vocês?”. A resposta veio firme, sem titubeios. “Sim, com certeza essa terra é nossa”.

Apesar dessa resistência, a situação fundiária permanece indefinida. Curuperé reúne atualmente 78 famílias e ainda aguarda a regularização definitiva do território. Os moradores possuem um protocolo emitido pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) ainda em 1973 e o cadastro do Imposto Territorial Rural (ITR), documentos que utilizam para sustentar a reivindicação pela posse da área.

Enquanto a disputa jurídica permanece sem solução, a convivência com a poluição continua fazendo parte do cotidiano. Um relatório técnico produzido pelo Grupo de Estudos em Gestão Territorial na Amazônia (Gesterra/UFPa), a pedido do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado, reuniu dezenas de pesquisas científicas que apontam o Curuperé como uma das áreas mais afetadas pelos impactos do complexo industrial de Barcarena. Os estudos registram alterações persistentes na qualidade da água, elevadas concentrações de metais pesados e classificam o igarapé Curuperé como um dos ambientes aquáticos mais degradados do município.

“Nos tiraram o bem mais essencial: a água”, acusa Silmara. “Hoje o nome da nossa comunidade é tudo que nós não temos. Nossa água tem cor, tem cheiro, tem sabor. Tudo que a água não deveria ter. Os laudos comprovam: ela só serve para lavar chão”.

Joel informa que análises realizadas pelo Instituto Evandro Chagas e pelo Laboratório Central do Estado (Lacen) confirmaram a contaminação da água utilizada pelos moradores. “A empresa precisava trazer água potável e cesta básica até despoluir o rio. A água veio durante um tempo, mas as cestas básicas nunca chegaram”. As barragens de rejeitos ficam a aproximadamente 700 metros das primeiras casas. “Somos cercados por barragens”, atesta.

Joel resume a disposição a resistir sem recorrer a palavras de ordem, mas sendo incisivo. “Se depender de mim, tudo o que fizerem de errado, nós vamos enfrentar”. **LI**

IMPACTO AMBIENTAL

UM HORIZONTE EM MUTAÇÃO

● O AVANÇO DO COMPLEXO INDUSTRIAL MUDOU A PAISAGEM DE VILA DO CONDE E INTENSIFICOU OS IMPACTOS SOBRE RIOS, COMUNIDADES E MODOS DE VIDA.

Henrique Nery Carvalho cresceu olhando para a Praia de Vila do Conde. Na infância, a paisagem era formada pelo rio Pará, pelos igarapés e pelas embarcações de pescadores. Hoje, quando volta os olhos para o mesmo horizonte, vê navios de grande porte, silos, correias transportadoras, píeres e guindastes que movimentam diariamente a produção mineral e agrícola de Barcarena. A mudança da paisagem, diz ele, resume a transformação vivida pelo município nas últimas quatro décadas.

Essa nova paisagem é resultado da instalação de um complexo industrial e portuário que transformou a região de Vila do Conde em uma das principais portas de saída de produtos da Amazônia para o mercado internacional. O principal equipamento é o Porto de Vila do Conde, administrado pela Companhia Docas do Pará (CDP), responsável pela movimentação de cargas como alumina, bauxita, coque, fertilizantes, grãos e outros produtos ligados às cadeias mineral e agrícola. Ao redor do porto, outros terminais ampliaram a circulação de embarcações na região. E novos projetos previstos para a região e que terão Barcarena como epicentro sob o guarda-chuva da Arco Norte aumenta a pressão sobre a zona costeira e sobre os territórios tradicionais.

Para moradores das comunidades próximas, a expansão desse corredor portuário representa uma mudança profunda na relação com o rio. O aumento do tráfego de navios, balsas e embarcações de grande porte reduz áreas tradicionalmente utilizadas para pesca, altera rotas de circulação dos pescadores e aumenta a preocupação com riscos ambientais em uma região onde desastres industriais já fazem parte da memória coletiva.

“Hoje você olha para frente da praia e não vê mais aquele rio livre. Você vê navio, porto, estrutura industrial. A gente entende que o município precisa se desenvolver, mas precisa saber também quem está pagando esse preço”, afirma. Henrique afirma que rios como o Dendê e o Curupeté praticamente desapareceram como fonte de vida para as comunidades.

A percepção do morador encontra respaldo em um relatório técnico elaborado pelo Grupo de Estudos em Gestão Territorial na Amazônia (Gesterra/UFPA), a pedido do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). O estudo reuniu pesquisas acadêmicas revisadas por pares e identificou um quadro de contaminação persistente da água, do solo, do ar e da população.

O levantamento registrou pelo menos 29 grandes desastres ambientais em Barcarena entre 2000 e 2025, envolvendo principalmente vazamentos de rejeitos, lama vermelha, emissões atmosféricas



Henrique Nery tem o organismo contaminado por quem prometeu um futuro melhor.

cas e acidentes industriais. Entre os casos mais graves estão episódios envolvendo a Imerys e a Hydro Alunorte, que atingiram rios, igarapés e comunidades próximas ao complexo industrial.

As pesquisas analisadas pelo Gesterra apontam a presença de metais pesados em moradores de comunidades como Vila do Conde, Curupeté, Dom Manoel, Acuí e Ilha São João. Os estudos identificaram concentrações elevadas de alumínio, chumbo, manganês, níquel, cromo e bário em amostras de sangue e cabelo.

Em alguns casos, os resultados chamaram atenção pela magnitude. O alumínio apareceu em níveis até 35 vezes superiores aos valores de referência, o chumbo concentrações nove vezes acima do considerado normal em moradores de Dom Manoel; e um estudo publicado em 2025 identificou níveis de bário no sangue até 50 vezes superiores aos parâmetros descritos na literatura médica em comunidades próximas às áreas de beneficiamento de caulim. Água e o pescado surgem como vetores principais.

O relatório também relaciona a neces-

sidade de novos estudos epidemiológicos ao aumento expressivo das mortes por câncer no município. Segundo dados do DATASUS analisados pelos pesquisadores, os óbitos pela doença cresceram 636% entre 2000 e 2022, enquanto a população aumentou cerca de 100% no mesmo período.

Para Henrique, esses números deixaram de ser apenas estatísticas quando começaram a aparecer entre pessoas conhecidas. Durante uma mobilização para reunir documentos médicos de moradores, ele pediu que pessoas com exames e laudos relacionados a doenças enviassem os materiais para ajudar a comprovar as denúncias da comunidade. “Eu coloquei nas redes sociais pedindo que quem tivesse laudo médico mandasse. Apareceu tanta gente que me espantei.”

Segundo Henrique, os pedidos para que o poder público investigasse a saúde dos moradores resultaram na realização de exames. Ele afirma, porém, que a divulgação dos resultados foi interrompida depois que os documentos começaram a confirmar as suspeitas da comunidade. “Quando per-

ceberam que os laudos comprovavam aquilo que a gente denunciava, pararam de entregar novos resultados.”

O próprio Henrique afirma fazer parte do grupo de moradores que apresentou alterações relacionadas à presença de metais no organismo. “Eu e mais oito pessoas daqui estamos com problemas de metais pesados. Alumínio, chumbo, até ouro no nosso organismo. Tenho tido esquecimentos, coisas que acontecem do nada. “Se a gente não mover uma ação em relação à nossa saúde, a tendência é que isso só aumente.”

Quando termina a conversa, Henrique volta a olhar para o rio. Os navios continuam cruzando a frente da praia enquanto a movimentação dos portos segue ininterrupta. A imagem lembra a promessa de progresso que o fez retornar a Barcarena anos atrás. Hoje, porém, o que mais o preocupa não é o que chega ou sai pelos terminais industriais, mas o que permanece no corpo e nas vidas das comunidades. **LI**